



O método estrutural e o ensino universitário de Filosofia no Brasil

The structural method and the Brazillian's higher education in philosophy

Evaldo Silva Pereira Sampaio ^[a] 

Fortaleza, CE, Brasil

^[a] Universidade Federal do Ceará (UFC)

Como citar: SAMPAIO, E. S. P. O método estrutural e o ensino universitário de Filosofia no Brasil. *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba: Editora PUCPRESS, v. 35, e202330130, 2023. DOI: <http://doi.org/10.1590/2965-1557.035.e202330130>.

Resumo

Em meados do século XX, estabeleceu-se nas “ciências humanas” uma abordagem teórica que ficou conhecida como *Estruturalismo*. Dada a sua origem e dispersão transdisciplinar, o pensamento estrutural adquiriu nuances conceptuais e procedimentos específicos de investigação de acordo com este ou aquele campo do saber que o assimilou. Em Filosofia, tal orientação se difundiu enquanto uma maneira de ler os textos filosóficos com ressonâncias pedagógicas e institucionais. No início dos anos 1950, quando da consolidação inicial da Filosofia universitária brasileira, o “método estrutural” nos chegou sobretudo pela influência de Martial Gueroult e de Victor Goldschmidt na Universidade de São Paulo. Firmou-se posteriormente a narrativa de que a leitura estrutural se disseminou da filosofia franco-uspiana para vários centros filosóficos brasileiros, constituindo assim um paradigma. A minha hipótese historiográfica é de que o método estrutural foi um fenômeno estadual em nosso ensino de Filosofia, não tendo adquirido uma projeção nacional em nossos currículos ou formas de ensino. Para tanto, proponho-me, inicialmente, mostrar como se deu a implementação da análise estrutural a partir de uma certa ruptura com o modelo do período de fundação da antiga Faculdade de Filosofia da USP. Em seguida, por um exame de depoimentos e comentários dos principais envolvidos na fundação e consolidação do Departamento de Filosofia da USP, sugiro que o ensino franco-uspiano possui diferentes matrizes, das quais o estruturalismo talvez sequer tenha sido a mais influente. Além disso, os relatos atestam um insulamento de

^[a] Doutor em Filosofia, e-mail: evaldosampaio@ufc.br

décadas em nosso ensino universitário de Filosofia que permite explicar por que o método estrutural teve um alcance bastante limitado em outros centros filosóficos do país. Já a minha hipótese sistemática é de que a leitura estrutural de textos filosóficos é incompatível com a noção mesma de História da Filosofia – e nisso há consequências para a própria autoimagem da Filosofia e da sua formação universitária. Mesmo que restrita aqui a um estudo de caso, esta investigação é parte de uma reflexão mais ampla e em desenvolvimento sobre as representações da Filosofia no pensamento contemporâneo.

Palavras-chave: História da Filosofia no Brasil. Método estrutural. Ensino de Filosofia. Filosofia franco-uspiana.

Abstract

In the mid-twentieth century, a theoretical approach was established in the "human sciences" and became known as Structuralism. Given its origin and transdisciplinary dispersion, structural thinking acquired conceptual nuances and specific research procedures according to this or that field of knowledge that assimilated it. In Philosophy, such an orientation became widespread as a certain way of reading philosophical texts that engendered certain pedagogical and institutional conducts. In the early 1950s, during the initial consolidation of Courses of Philosophy in Brazilian universities, the "structural method" came to us mainly through the influence of Martial Gueroult and Victor Goldschmidt at the University of São Paulo. The narrative that the structural reading spread from Franco-Uspian philosophy to several Brazilian philosophical centres, thus constituting a paradigm, was later firmed. My historiographical hypothesis here is that the structural method was a local phenomenon in our Philosophy teaching, never having acquired a national projection in our curricula or forms of teaching. To this end, I propose, at first, to show how the implementation of the structural method took place from a certain rupture with the model of the founding period of the Philosophy Department /USP. Next, by an examination of testimonies and comments from those principally involved in the foundation and consolidation of the Philosophy Department /USP, I suggest that Franco-uspian teaching has different matrices, of which structuralism is perhaps not even the most influential. Moreover, the reports attest to a decades-long apartness in our university teaching of Philosophy in Brazil that explains why the structural method had a rather limited reach in other philosophical centres of the country. My systematic hypothesis is that the structural reading of philosophical texts is incompatible with the very notion of History of Philosophy - and there are consequences for the self-image of Philosophy and its university education. This specific study is part of a larger and developing reflection on the representations of Philosophy in contemporary thought.

Keywords: History of Philosophy in Brazil. Structural Method. Teaching Philosophy. French-Uspian philosophy.

Em 2006, no XII Encontro Nacional da ANPOF, assisti por acaso a conferência de um professor que me era até ali desconhecido: Oswaldo Porchat. Docente aposentado da Universidade de São Paulo, a sua palestra se intitulava “Por que não sou um estruturalista”. Embora já tivesse alguma familiaridade com o estruturalismo na Linguística e noutras Ciências Humanas, jamais tinha ouvido falar da leitura estrutural de textos filosóficos. Havia um tom provocativo naquele título, já que o palestrante confessava ter lecionado aquela metodologia por décadas e que um dos seus idealizadores, Victor Goldschmidt, era o seu mentor intelectual. Tratava-se ali de contestar generalizações apressadas e incompreensões sutis para se desvencilhar de uma caricatura que, se fosse o caso, levaria o próprio Porchat a não se reconhecer como um estruturalista. Fomos apresentados aos princípios do método estrutural e a maneira como a concepção de Filosofia que lhe é subjacente parece conduzir a um ceticismo pirrônico. Fiquei bastante impressionado com o rigor das questões de exegese filosófica lá abordadas. Isto me levou a um exame mais cuidadoso do assunto e assim descobri uma certa narrativa que lhe é entrelaçada quanto à institucionalização e profissionalização do ensino de Filosofia no Brasil. Em sua versão mais simplificada, este enredo estabelece que a análise estrutural nos chegou pelo Curso de Filosofia da USP e que dali disseminou para os currículos de todo o país um modelo de inspiração francesa cuja disciplina primeira é a História da Filosofia.

Deparei-me também com algumas lacunas nesta trama. Seja no meu mestrado no Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará – onde a maior parte do corpo docente obtivera seus títulos acadêmicos na Alemanha ou estudando filósofos germânicos – ou no doutoramento que então cursava no Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais – com um orientador que estudara na Sorbonne –, não me deparei com nenhum estruturalista pelos corredores. O Ceará e Minas Gerais seriam casos de exceção ou a ampla projeção do estruturalismo entre nós uma equívoca nacionalização de um fenômeno localizado? Tais dúvidas se tornaram ainda mais intrigantes pelo fato de que, após adotar o método estrutural em minha própria pesquisa de Doutorado sobre a filosofia de Nietzsche, constatei que os excelentes trabalhos do Grupo GEN da USP, ainda hoje o mais relevante na pesquisa nietzschiana no Brasil, pouco ou nada tinham de estruturalistas. Ora, como Porchat (1999, p. 131-132) afirmou numa intervenção em 1998 aos estudantes de Filosofia da USP que todos aqueles que lá estudaram foram “formados na sólida tradição historiográfica francesa [...], particularmente sob a forma do assim chamado método estruturalista de leitura e estudos dos textos filosóficos”, então por que não encontrava nenhum comentário desta linhagem dentre os muitos que lá se produziram sobre Nietzsche?

Tais dúvidas que repercutiam das minhas escolhas hermenêuticas de então me conduziram enfim a pensar tanto sobre os fundamentos da escola estruturalista francesa em História da Filosofia quanto acerca de sua relação com o ensino de Filosofia no Brasil. Afinal, como se deu a implementação do método estrutural na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL USP)? Que tipo de continuidade ou de ruptura tal metodologia representou? O tal estudo imanente da “ordem das razões” ou da “intenção do autor” vincula-se à História da Filosofia ou lhe seria antagônico? Qual a sua influência curricular noutros centros filosóficos no Brasil? Quem sabe este caso particular, dado aquele mito de fundação que o acompanha, instigue uma reflexão mais ampla sobre as representações da Filosofia no pensamento brasileiro contemporâneo. A minha pretensão é indicar algumas vias pelas quais tais perguntas possam ser elucidadas e arriscar aqui e ali uma explicação.

Antes do Estruturalismo: a missão francesa e o ensino de Filosofia na FFCL USP

Em 1930, o Brasil possuía 86 escolas de ensino superior (TEIXEIRA, 1989, p. 9). Já as iniciativas para a criação de universidades, como no caso da Universidade de Manaus (1909), a Universidade do Paraná (1911) ou a primeira Universidade de São Paulo (1911), não prosperaram (TUFFANI, 2009, p. 327). Com o Decreto Federal n.º 19.851, de 1931, promulgou-se o primeiro estatuto que firmou as condições normativas que, em 1934, permitiram a fundação da atual Universidade de São Paulo. Naquele mesmo ano, inaugura-se ali a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, planejada para ser a espinha dorsal da instituição (RIBEIRO, 2005, p. 459). A maior parte do corpo docente nos primeiros anos da FFCL USP era constituída por professores estrangeiros, sobretudo italianos, alemães e franceses –

que integraram as assim chamadas “missões” (PETITJEAN, 1996, p. 259). A contratação de profissionais do exterior se justificaria por eles terem recebido a sua formação em instituições de alta qualidade cujo modelo se aspirava implementar aqui com o intuito de obter uma “renovação cultural” que colocaria o Brasil “no círculo dos povos civilizados” (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS / UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1937, p. 18). Como a Itália e a Alemanha eram governadas por regimes totalitários, optou-se exclusivamente por professores franceses para o ensino das “ciências humanas” com a expectativa de que estes ajudassem a propagar os valores da democracia liberal (MAIA, 2011, p. 8-9).

Na FFCL USP, instaurou-se um curso de Filosofia com duração de três ciclos em disciplinas anuais. A “Seção Filosofia” era composta por três áreas: História da Filosofia, Filosofia das Ciências e Psicologia (TUFFANI, 2009, p. 334). Tenha-se em conta que não existiam departamentos na acepção bastante comum entre nós depois das reformas universitárias dos anos 1960 e que a Psicologia não era ainda um saber autônomo. Em 1939, quando o Decreto-Lei n.º 1.190 regulamenta os cursos de Filosofia, estas matérias são reorganizadas como cátedras (RODRIGUES, 2017, p. 64). O primeiro missionário francês no Curso de Filosofia foi um professor de liceu, Pierre-Étienne Borne, substituído em seguida por outro também vindo do ensino secundário, o jovem *normalien* e *agregé de philosophie* Jean Mäugué, que permaneceu na instituição de 1935 a 1944 (CÂNDIDO, 2007, p. 13). A seleção de docentes em começo de carreira e sem experiência no ensino superior se deveu provavelmente às dificuldades encontradas pela FFCL USP para a pretendida contratação de especialistas renomados (MAIA, 2011, p. 5-6).

O protagonismo de Mäugué neste momento inicial do Curso de Filosofia pode ser recuperado em algumas reminiscências e comentários sobre a sua participação na constituição da mentalidade acadêmica da FFCL USP. Um documento central para organizar tais impressões são as diretrizes para o ensino de Filosofia que o mestre francês redige para o *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo 1934-1935*. Como observa Ana Beatriz Feltran Maia (2011, p. 3-5), este primeiro anuário, publicado apenas em 1937, foi sobretudo “uma memória oficial laudatória” pela qual se glorificavam personalidades responsáveis pelo projeto de criação da USP, bem como se justificavam formalmente as pretendidas inovações pedagógicas e civilizatórias no modelo educacional de seus cursos.

A proposta educacional de Mäugué retomava a seu modo a máxima kantiana de que “Filosofia não se ensina, quando muito ensina-se a filosofar”. Na interpretação de Paulo Arantes (1994, p. 71-72), isto significava ali que, ao contrário de um saber “positivo”, a Filosofia não possuiria qualquer “conjunto de conhecimentos transmissíveis”, sendo primordialmente “reflexiva”. Tal reflexividade seria sobre a própria razão ou, mais propriamente, sobre as suas expressões efetivas, os sistemas filosóficos (FFCL USP, 1937, p. 33). Como a disciplina ou modo de investigação que se volta para a compreensão das obras filosóficas é a História da Filosofia, então o ensino de Filosofia no Brasil seria sobretudo historiográfico “seguindo métodos rigorosos e modernos” (FFCL USP, 1937, p. 33). Quanto a tais métodos, retomando um procedimento que praticara quando aluno do neokantiano Léon Brunschvicg na *École Normale Supérieure*, Mäugué recomendava que “o estudante de filosofia deveria concentrar-se na leitura de uma obra difícil, refletindo sobre cada conceito, esclarecendo cada palavra, até compreendê-la completamente, em todos os níveis” (CÂNDIDO, 2007, p. 10). Tal reflexão se faria sobretudo “pela leitura, lenta, contínua e meditada” dos grandes clássicos da Filosofia, o que, segundo Paulo Arantes, conduziu à rejeição das aulas panorâmicas e dos manuais – por estes ainda pressuporem ou privilegiarem um determinado “conteúdo” – em favor dos cursos monográficos (ARANTES, 1994, p. 82-83). O destaque da História da Filosofia respondia assim à exigência de então por uma certa “consciência técnica profissional” que distinguiria o ensino acadêmico do autodidatismo (ARANTES, 1994, p. 100).

Como também e sobretudo era um discípulo de Alain (CÂNDIDO *apud* ARANTES, 1994, p. 73), Mäugué expandia o mencionado lema de que não se ensina filosofia, mas sim a filosofar, para além de uma formação estritamente exegética. Se a Filosofia não possui um objeto propriamente dito, então o seu ensino deve proceder por “alusões”, isto é, por um pensamento sobre domínios sociais e culturalmente estabelecidos. Daí os relatos de que as aulas do mestre francês se iniciavam “por um comentário do filme da semana, a última exposição de pintura, o noticiário dos jornais” (ARANTES, 1994, p. 95). Como relembra Gilda de Melo e Souza, uma ex-aluna que depois se

tornou Professora de Filosofia na FFCL USP, havia no ensino de Mäugué uma teatralização que impressionava profundamente vários de seus ouvintes que chegavam a imitar desde o seu modo de abordar os assuntos até a sua maneira de andar e falar (*apud* ARANTES, 1994, p. 74). Para ela, o apuro com que o mestre analisava os textos filosóficos, o cuidado quanto à elaboração dos cursos que se depreendia das notas de aula que guiavam as suas exposições, distinguiram-no do estilo de “improvisação” e de “brilho fácil” que pareciam ser o caso na Faculdade de Direito (*apud* ARANTES, 1994, p. 75). Não surpreende então que os seus seminários atraíssem não apenas calouros e veteranos, mas também ouvintes casuais e até senhoras da sociedade (SOUZA *apud* PEIXOTO, 2000, p. 163). Os testemunhos enfatizam assim o entusiasmo de Mäugué pela “palavra-viva” e a “dimensão dialética no ato docente” (ARANTES, 1994, p. 77-78).

Para Antônio Cândido, havia em Mäugué sobretudo um “espírito de crítica e exame num sentido progressistas” (*apud* ARANTES, 1994, p. 91). Isto explicaria o seu inconformismo para com as convenções universitárias, de modo que ele pouco publicou e não obteve um doutorado, ficando restrito ao ensino secundário em seu país (ARANTES, 1994, p. 74). Portanto, se, por um lado, ele introduzia uma certa consciência profissional, por outro inspirava a uma atitude ilustrada que pouco se ajustava ao treinamento de “especialistas”. Assim, Antônio Cândido exaltou o “não profissionalismo filosófico” de Mäugué, julgando que a sua “visão genérica” da Filosofia inspirou estudantes doutros cursos da FFCL USP “que não desejavam ser filósofos e acabaram se dedicando quase todos a diferentes modalidades de crítica”. Desse modo, “se não formou filósofos, influenciou a vida intelectual de seus alunos” (2007, p. 10).

Esse perfil intelectual, mesmo que distinto do diletantismo, suscitou uma avaliação menos caridosa de Ruy Coelho, antigo aluno do missionário francês e depois Professor de Antropologia da USP, de que o estilo do mestre soava “brilhantíssimo, mas não muito profundo”. Por isso, pareceu-lhe que a docência de Mäugué provavelmente não encontraria a mesma repercussão benevolente naquele outro cenário “mais sério, mais sedimentado, mais articulado” que se consolidou anos depois na FFCL USP (*apud* ARANTES, 1994, p. 74-75).

Um evento institucional marca decisivamente esta mudança de tom no ensino de Filosofia na FFCL da USP. Segundo o depoimento de Antônio Cândido, no início dos anos 1950 a congregação recebeu um pedido de Mäugué para voltar à Universidade. O pedido foi aceito, preterindo-se a candidatura de Yvon Belaval, um jovem pesquisador francês já bastante respeitado. Martial Gueroult, outro missionário que lecionava na faculdade naquela época e de quem tratarei mais cuidadosamente adiante, ficou bastante contrariado com a decisão, considerando-a injustificável porque “Mäugué não é um filósofo!” – isto é, ele não estava “empenhado em desenvolver uma carreira profissional específica e orientar os alunos no mesmo sentido” (CÂNDIDO, 2007, p. 12). Por fim, apesar da aprovação da congregação, Mäugué acabou não retornando.

A dicotomia entre uma formação voltada para um estilo ilustrado ou ensaístico e um treinamento especializado se ramificou com João Cruz Costa e Lívio Teixeira, ex-alunos e assistentes de Mäugué que ficaram responsáveis pelas cátedras do Curso de Filosofia após a partida deste (TRANS/FORM/AÇÃO, 2011, p. 108). Quanto à relevância do “senso histórico” que deveríamos aprender com os professores franceses, Cruz Costa ponderou que, na Europa, “a atmosfera densa de cultura amadurecida e espírito crítico constitui um corretivo natural que impede as fantasias e o palavreiro incongruente, que não raro se encontra em nossos jornais e revistas com pretensões a filosofia” (*apud* MARQUES, 2007, p. 13-16). Já para Lívio Teixeira, “a História da Filosofia nos ensinará algumas lições básicas que devem ser tidas como iniciação aos estudos de todas as outras disciplinas filosóficas”. Por isso, no Curso de Filosofia, é preciso que “todas as matérias filosóficas sejam tratadas de um ponto de vista essencialmente histórico” (*apud* MARQUES, 2007, p. 17).

No entanto, o elogio de ambos à História da Filosofia dissimula diferenças conceptuais incontornáveis. Cruz Costa aplaude o sentido histórico de Mäugué e demais missionários franceses porque considera que por este seria possível “estabelecer a relatividade de todos os sistemas [filosóficos]” (*apud* MARQUES, 2007, p. 16). A História da Filosofia era para ele um prolongamento da História das Ideias que permitia desvelar, nas obras filosóficas, “por debaixo de uma linguagem universalizante e de sua aparente intenção teórica, [...] a intenção prática imediata

e a referência a uma situação histórica precisa”. Assim, “a única leitura possível dessas obras é a leitura ideológica” (apud ARANTES, 1994, p. 110). Daí que Cruz Costa destoava daquela cena de profissionalização do início dos anos 1950, pois, segundo o próprio, “Nunca fui um filósofo, mas apenas um filosofante, preocupado com a História. O que escrevi fica entre a Filosofia e a História” (COSTA, 1975, p. 109).

Em Lívio Teixeira se firma uma concepção de História da Filosofia, distinta tanto do neokantismo de Mäugué quanto da História das Ideias de Cruz Costa. As suas principais publicações, o *Ensaio sobre a Moral de Descartes* (1955) e *A Doutrina dos Modos de Percepção e o Conceito de Abstração na Filosofia de Espinosa* (1957) sugerem ao seu ex-aluno Bento Prado Jr., um dos fundadores do posterior Departamento de Filosofia da USP, que “tudo se passa como se, por uma feliz convergência, Lívio Teixeira estivesse desde sempre preparado para receber a influência de Martial Gueroult que, quando de sua estada em São Paulo, oferecia o mais alto modelo de uma historiografia filosófica rigorosa” (PRADO JUNIOR, 1975, p. 245-246). Essa nova abordagem ficou conhecida como leitura ou “método estrutural”.

No entanto, convém ter em mente que a História da Filosofia já era uma disciplina estabelecida oficialmente em nossos currículos antes da missão francesa. No Decreto 11.530, em 1915, o ensino secundário de Filosofia se torna facultativo, com ênfase em tópicos de “Psicologia”, “Lógica” e “História da Filosofia” (cf. Art. 166, parágrafo único). Na reforma de 1931, o Decreto n.º 19.890 regula que, no tocante ao chamado “curso complementar”, equivalente ao nosso atual Ensino Médio, um curso de História da Filosofia seria obrigatório para aqueles que prestassem exames vestibulares para uma faculdade de Direito. Já o mencionado Decreto n.º 1.190/39 instituiu uma seriação obrigatória de disciplinas para os Cursos de Filosofia no Brasil segundo a qual a História da Filosofia seria uma das áreas de maior carga horária, perfazendo dois dos três anos de formação (cf. Seção I, cap. III, art. 9). Após tal regulamentação federal das Faculdades de Filosofia, o Decreto-Lei n.º 4.244, de 1942, determina a obrigatoriedade da Filosofia no último ano do ensino secundário; além disso, ela seria um dos pilares do “curso clássico” que, em paralelo ao “curso científico”, correspondia a uma das habilitações a serem seguidas nos três últimos anos da educação básica. A novidade no ensino de Filosofia da missão francesa não foi portanto o destaque da História da Filosofia no currículo, mas a adoção desta como uma metodologia transversal às demais disciplinas filosóficas.

A leitura estrutural segue então o ideal regulador do estudo da bibliografia primária dos grandes pensadores já consolidado na FFCL USP. Contudo, ao propor uma metodologia “científica” para tratar dos problemas técnicos da análise de textos, a análise estrutural rompe com um estilo ensaísta e dito “não profissional” em proveito de uma formação especializada – um heideggeriano diria “técnica” – ora em implementação. Mas como se deu esta profissionalização do filósofo? E o estruturalismo seria ainda uma forma de História da Filosofia?

Os métodos estruturais e a História da Filosofia

Registra-se que Gueroult esteve no Brasil entre 1947-1948 como professor da cadeira de História da Filosofia (MARQUES, 2007, p. 15). Diferente de Mäugué, ele era um pesquisador maduro e já consagrado em seu país, tendo ensinado na Universidade de Estrasburgo e depois substituído Léon Brunschvicg na Sorbonne em 1945 (GOUHIER, 1976, p. 223-224). No segundo semestre de 1951, depois de eleito para uma cátedra no ilustre *Collège de France*, ele ministrou duas disciplinas e a aula inaugural do Curso de Filosofia da FFCL USP (MARQUES, 2007, p. 15). Daí porque a sua “história e tecnologia dos sistemas filosóficos” marca o primeiro momento da influência do estruturalismo no ensino de Filosofia da FFCL USP.

No que consiste a leitura ou método estrutural? O estruturalismo é uma concepção acerca da natureza e da história da Filosofia, bem como um modo ou técnica para a interpretação dos textos filosóficos. A Filosofia seria uma tentativa de compreensão da realidade por um discurso teórico que procura responder a determinados problemas. Diante do caráter universal dos problemas filosóficos, as teorias ofereceriam respostas igualmente universais e, portanto, necessárias. Mesmo quem tente argumentar a pertinência de uma doutrina amparada no sentimento ou no misticismo precisaria recorrer a uma combinação de razões cuja validade remete a como se entrelaçam as suas

proposições. Por isso, a demonstração seria a maneira de justificar as hipóteses filosóficas, pois nela o arranjo das proposições em um raciocínio mostra que aquelas menos evidentes são sustentadas pelas mais evidentes. Qualquer Filosofia que se recuse a tanto decairia em uma mera “opinião”, incapaz de validar os seus próprios juízos. A Filosofia consistiria assim menos uma “visão de mundo” do que um “mundo de conceitos” (GUEROULT, 2007, p. 235-237).

Embora a validade de cada sistema filosófico se justificaria somente pelas relações internas em suas formulações que transcendem quaisquer eventos particulares, uma teoria se originaria efetivamente de uma subjetividade condicionada por circunstâncias e valores históricos. As generalizações assim obtidas poderiam não ser aceitas noutra momento ou por contemporâneos com valores distintos. Por conseguinte, mesmo que um sistema fosse capaz de demonstrar a validade lógica de seu encadeamento de proposições, isto não implicaria na adesão à verdade destes pelos demais sujeitos (GUEROULT, 2007, p. 237-238).

Uma alternativa para se evitar tal indeterminação seria justificar a validade de uma teoria não por suas proposições em si mesmas, porém pela própria regra de sistematização que possibilitam as suas combinações. Haveria assim uma “lógica da filosofia” que constitui um patamar distinto da mera demonstração dos juízos de um sistema. No entanto, esta lógica da filosofia não seria simplesmente dada, requerendo uma abstração a partir de um determinado sistema que a propõe ou a assume como normativa. Cada filosofia suscitaria então o seu próprio “discurso do método” e, por isso, não disporíamos de uma única regra de sistematização subjacente, seja de fato ou de direito, a todas as doutrinas; haveria tantas “lógicas” quanto filosofias. Daí que ao filósofo caberia tanto resolver os problemas acerca da compreensão da realidade quanto também as dificuldades sobre a “arquitetônica interna” ou estrutura que permite a um sistema fundamentar a validade de suas respostas (GUEROULT, 2007, p. 239-244).

A busca pela compreensão adequada de um sistema filosófico consistiria no propósito da História da Filosofia. Como não se teria uma lógica transcendental subjacente a todos os discursos filosóficos, ao historiador da filosofia cabe então se restringir a estudos monográficos e às descobertas estruturais particulares que deles se seguem. A análise das estruturas se diferencia daquela abordagem “crítica” comumente adotada pelo historiador da Filosofia que investiga as fontes, as influências e a evolução de uma doutrina. Por privilegiar aquilo que é exterior ao sistema ou a ordem de seus conteúdos ou “matérias”, os problemas a serem solucionados por uma leitura crítica seriam secundários ao entendimento filosófico propriamente dito que surge da análise interna e estrutural (GUEROULT, 2016, p. 10). Se todos os sistemas estão em um mesmo plano quanto à sua pretensão à verdade, então o historiador da Filosofia não poderia tratá-los como uma mera progressão, seja esta cronológica ou lógica. Dada a sua “neutralidade” quanto à verdade desta ou daquela doutrina, a História da Filosofia se tornaria “o instrumento principal de iniciação à Filosofia” (GUEROULT, 1968, p. 194).

De um ponto de vista técnico e pedagógico, a análise arquitetônica de um sistema oferece recursos para subjugar aquela “imaginação viva e impaciente que, em vez de prender-se nas malhas estreitas de um texto, nele encontra a ocasião para alçar livremente o seu voo”. Tais “generosas efusões” ou “iluminações” até podem “encontrar aqui e ali alguma verdade, mas como que por um feliz acaso” (GUEROULT, 2016, p. 9). Apesar de pretensões similares terem guiado o projeto pedagógico de Mäugué, um estruturalista gueroultiano consideraria que, não obstante necessária, a proposta de uma leitura direta dos grandes pensadores na qual se lhes esclarecem cada conceito não constitui por si um método “rigoroso e moderno”. O estudo de conceitos e temas isolados deveria ser substituído por um exame da “ordem das razões” (GUEROULT, 2016, p. 11) que estrutura o sistema. O que se espera alcançar assim é um conhecimento específico, “especializado”, desta ou daquela filosofia. Daí que a formação do filósofo ou historiador da Filosofia deve ser a do especialista e não uma “visão genérica”. Tal oposição entre o criticismo de Mäugué e a leitura estrutural de Gueroult explica porque, do ponto de vista deste, aquele “não é um filósofo”.

Todavia, há um ponto decisivo para o ensino de Filosofia na FFCL USP em que o intelectual missionário e o estruturalista parecem convergir: ambos substituem, conscientemente ou não, a História da Filosofia por uma exegese de textos. Como aponta Paulo Arantes (1994, p. 83), para Mäugué “história quer dizer simplesmente retorno aos textos eles mesmos”, ou seja, uma redução da História da Filosofia ao estudo das obras filosóficas. Sem dúvida uma compreensão da História da Filosofia requer uma adequada hermenêutica dos escritos filosóficos, porém apenas

a leitura ou a comparação de um ou mais sistemas, por mais rigorosa que seja, permanece aquém de uma História da Filosofia. É possível um exame cuidadoso de uma obra filosófica sem que se esteja praticando história da Filosofia. Este foi o caso, por exemplo, dos comentários de São Tomás de Aquino ao *corpus* aristotélico ou da análise de Espinosa dos *Princípios de Filosofia* de Descartes. Logo, convém distinguir entre exegese e História da Filosofia.

Ora, quando Gueroult contesta os que discutem a “legitimidade da História da Filosofia”, entende por esta um estudo que “visa um conjunto de doutrinas situadas sobre o mesmo plano”, que “não poderia ser a história de um progresso, não poderia ter como objeto de estudo a aquisição da verdade” (GUEROULT, 1968, p. 193). Se o que cabe ao pesquisador é a análise da lógica interna de um sistema, então não convém qualquer leitura comparada de obras filosóficas. Por isso, há uma resignificação da noção de “história da Filosofia” que agora equivale à leitura *interna* dos textos.

Os indícios que conduzem a uma supressão ou superação da História da Filosofia por uma metodologia de análise de textos se encontram nas instruções do outro mestre estruturalista que mais influenciou o ensino de Filosofia na FFCL USP: Victor Goldschmidt. Por vezes escapa aos leitores especializados que Gueroult e Goldschmidt, apesar de suas semelhanças, não propõem as mesmas técnicas de leitura e talvez nem a mesma concepção sobre a natureza da Filosofia. Afinal, como o próprio Goldschmidt revela, aqueles que se reconhecem como membros da “escola estruturalista francesa” de História da Filosofia possuem métodos de investigação e pretensões filosóficas por vezes distintas, sendo-lhes comum quem sabe apenas um certo “cuidado incondicionado com o rigor”. Daí que ele assume como seu ponto de partida algumas indicações de seu orientador de tese, Émile Bréhier, para quem “o que é essencial num pensamento filosófico é uma certa estrutura”, e de George Dumézil, cujos estudos comparativos das religiões sugerem a noção de “estruturas comuns” (GOLDSCHMIDT, 2002, p. xx-xxi).

Os métodos para a interpretação dos sistemas filosóficos até então lhe teriam sido ou dogmáticos ou genéticos. Os métodos dogmáticos investigariam filosoficamente a verdade das proposições de uma doutrina com base nas intenções de seu pensador, deslocando-a do contexto histórico no qual a teoria se constituiu. Já os métodos genéticos presumiriam os dogmas como sintomas de causas sociais e psicológicas subjacentes que poderiam explicá-los para além das intenções do pensador e da postulada verdade de sua teoria. Diferente da atemporalidade dos procedimentos dogmáticos e do tempo cronológico das abordagens genéticas, haveria um outro âmbito da temporalidade, interno às próprias doutrinas, que se afigura nos sucessivos “movimentos” pelos quais uma filosofia “produz, abandona ou ultrapassa teses ligadas umas às outras numa ordem de razões”. Trata-se de um “tempo lógico”. O equívoco das leituras dogmáticas e genéticas teria sido o de considerar isoladamente o estudo das ideias e conceitos, negligenciando a progressão, linear ou não, pela qual estes adquirem seu significado e legitimação. Tais movimentos de pensamento constituiriam a “estrutura de uma obra, nada mais sendo esta estrutura que as articulações do método em ato”. Com base nesta regra geral de interpretação, caberia ao historiador da filosofia “refazer, após o autor, os movimentos de que a estrutura da obra guarda o traçado”, reencontrando assim a sua “intenção” (GOLDSCHMIDT, 1970, p. 139-143).

Quanto às técnicas que se seguem de tais regras de interpretação, um primeiro procedimento seletivo consiste em se considerar apenas a obra que é assumida pelo filósofo. Notas preparatórias e outras passagens inacabados pertenceriam ao tempo vivido, psicológico, sendo pertinentes para um estudo da gênese da doutrina, porém não para a adequada compreensão das razões. Os únicos escritos que se podem situar em um tempo lógico são aqueles em que o autor se responsabiliza diretamente pela estruturação em torno das proposições lá desenvolvidas (GOLDSCHMIDT, 1970, p. 143-147). Daí a necessidade de distinguir entre aquelas passagens em que o autor nos apresenta os seus procedimentos de estruturação de sentido e de pesquisa e aquelas nas quais tais recursos são efetivamente empregados. Apesar do “método ensinado” pelo filósofo ser o ponto de partida para compreensão de sua doutrina, este dificilmente recobre todos os procedimentos que são efetivamente mobilizados pelo pensador. Por isso, convém que a reflexão metodológica explícita proposta pelo filósofo seja aprimorada e mesmo corrigida pelo seu “método em ato” (GOLDSCHMIDT, 1982, p. 125-128). Assim, para se examinar um texto de Nietzsche, convém identificar inicialmente aqueles trechos em que ele nos ensina seus procedimentos de argumentação e validação de

hipóteses – por exemplo, as passagens em *Ecce Homo* nas quais ele explica as “regras” para o discurso polêmico – e, em seguida, observa-se o polemista em ação para verificar se outras regras foram acrescentadas ou se alguma das já estabelecidas foi negligenciada (cf. SAMPAIO, 2013, §2)

Como tanto em Gueroult quanto em Goldschmidt há a combinação de uma série de procedimentos técnicos para a exegese dos textos com certos princípios gerais que os entrelaçam, Porchat está correto ao concluir que “o método estruturalista está associado a uma doutrina estruturalista sobre as filosofias”. Se cada filosofia possui a sua própria “lógica interna”, então “cada sistema filosófico [...] é algo como uma mônada” que “concebe verdade e realidade à sua maneira”. Se “cada sistema instaura verdade e realidade conforme a decisão do autor”, então “os sistemas se excomungam reciprocamente”. Desse “conflito das filosofias”, infere-se que o filósofo historiador “não dispõe de qualquer critério para privilegiar um sistema com relação aos outros, [...] isto é, nenhum critério para endossar qualquer instauração de realidades e verdades”. Se não há como decidir racionalmente entre esta ou aquela doutrina, cabe somente uma suspensão do juízo e assim o aprofundamento da concepção estruturalista da Filosofia e de sua história conduz ao ceticismo (PORCHAT PEREIRA, 2016, p. 13-14). Como tal ceticismo é menos uma rejeição do que a radicalização da concepção filosófica do estruturalismo, Porchat pôde preservar a técnica de leitura de textos filosóficos goldschmidtiana. Afinal, se um cético não pode escolher racionalmente de uma vez por todas dentre diferentes opções filosóficas ou metodológicas, pode adotar aquele procedimento que lhe parece o mais apropriado dentre os disponíveis.

O conflito entre as filosofias é uma consequência da historicidade do pensamento ou a sua fissura? Descobrimo na aplicação do método de Goldschmidt algo que o mestre não havia ensinado explicitamente, Porchat infere que há no estruturalismo uma concepção ambígua sobre o que é a História da Filosofia. Isto porque, não obstante trate do “método em História da Filosofia”, a abordagem estrutural recusa que se possa “afirmar, *a priori*, que a filosofia se constitui em história”, isto é, não pode haver “qualquer objetividade nas iniciativas de se traçar uma evolução dos sistemas filosóficos”. Assim, “não fosse a tradição a que nos acostumamos, melhor fora que as obras que levam aquele título e as cátedras universitárias ditas de História da Filosofia se intulassem *Sistemas e Doutrinas filosóficas*” (cf. GOLDSCHMIDT, 1970, p. 6-9). Logo, do método estrutural se segue a própria impossibilidade de uma História da Filosofia, designação que assume agora uma acepção meramente escolar. Por isso, uma adoção coerente da leitura estrutural de Gueroult e de Goldschmidt, intencionalmente ou não, suplanta a História da Filosofia pela exegese de textos – ou, em seus próprios termos, pela leitura interna dos sistemas e doutrinas filosóficas.

Uma outra sequela da leitura estrutural aparentemente ignorada por seus idealizadores – e aqui já constatada – é a independência do texto quanto à intenção filosófica do autor. A pretensão – mesmo que como um ideal regulador – do historiador da Filosofia é entender o texto tão bem quanto o seu autor. Uma vez que não podemos interpelar diretamente a Platão ou a Bergson sobre a compreensão que eles têm de suas obras, poderíamos retrair os movimentos de seus pensamentos em seus escritos e ali encontrar a sua intenção criadora. Para Goldschmidt, como dito, tal articulação requer que se parta daquilo que o filósofo explicitamente nos diz sobre seu sistema para então confirmá-lo ou corrigi-lo pelas passagens nas quais pratica o método. Ora, como o próprio Goldschmidt nos revela, aquilo que o autor nos ensina acerca de seus procedimentos de investigação e validação permanece efetivamente aquém da metodologia que ele próprio apresenta em seus escritos. Levando-se tal ideia às suas últimas consequências, Porchat sugere que, como “o autor pode não ter percebido certas conexões entre seus conceitos que não escaparam ao olhar crítico de um intérprete”, então ele não é, necessariamente, “o melhor intérprete de sua própria obra”. Por isso, “a interpretação da filosofia de um autor exige bem mais que a tentativa de reconstituir sua filosofia *ad mentem auctoris*” (PORCHAT PEREIRA, 2016, p. 12-13). Ora, se não se pode, mesmo que programaticamente, entender o pensador tanto quanto ele se entendeu, então há ainda algum propósito para a História da filosofia?

Como não há nenhum ponto de vista objetivo ou privilegiado para a compreensão de uma obra de pensamento, a suspensão de juízo parece se estender, além da verdade ou da falsidade da doutrina, para o próprio significado do texto. Com isto, o estatuto da exegese seria tão precário quanto o da História da Filosofia. Daí que, em

intervenções públicas, o já aposentado professor Porchat julgava que outras disciplinas, como a Introdução à Filosofia, a Epistemologia ou a Estética, deveriam se orientar simplesmente pela investigação dos “problemas filosóficos”, sem uma abordagem exclusiva ou prioritariamente historiográfica (Porchat Pereira, 2016, p. 8). Se o método estrutural ainda lhe parecia o mais apropriado para treinar historiadores da Filosofia – ou, em termos mais próximos ao Porchat dos anos 1960, bons exegetas de textos filosóficos –, seria insuficiente para “preparar alguém para a prática da Filosofia” (PORCHAT PEREIRA, 1999, p. 133-134).

A implementação do método estrutural no ensino acadêmico de Filosofia na FFCL USP

Em que medida tão sofisticada concepção da natureza da Filosofia e da legitimidade de sua história foi adotada no ensino da FFCL USP? Conta-se que, no início dos anos 1960, Cruz Costa e Lívio Teixeira delegaram a direção das cátedras de Filosofia aos seus assistentes, especialmente a José Arthur Giannotti, Oswaldo Porchat e Bento Prado Jr. (BASSANI et al, 2017, p. 16). Como os três também foram estudantes de Filosofia na FFCL USP na década de 1950, é possível então avaliar por seus comentários e depoimentos tanto a presença do método estrutural entre professores e alunos na época quanto a sua difusão posterior.

José Arthur Giannotti, que ingressou no curso de Filosofia da FFCL USP em 1950, relembra que o estruturalismo apenas adquire maior influência alguns anos depois (NOBRE; REGO, 2000, p. 202). Isto porque “desde a primeira aula nosso grande mestre foi Gilles G. Granger; nosso grupo logo mergulhou na Lógica e na Filosofia das Ciências” (*apud* ARANTES, 1994, p. 193). Em 1956, ele seguiu para a Universidade de Rennes para estudar novamente com Granger. Por lá se tornou também aluno e amigo de Goldschmidt, quando então os seminários deste lhe fizeram compreender “o sentido profundo da análise estrutural de um texto filosófico” (GIANNOTTI, 1963, p. 6). Em sua tese de doutoramento sobre o psicologismo e a fundamentação da lógica em Stuart Mill, defendida em 1960 na FFCL USP e publicada em 1963, Giannotti destaca que, do ponto de vista metodológico, procurou decifrar as “intenções que estão inscritas na obra”. Para tanto, buscou “situar as teses de Mill no seu contexto e na arquitetura do sistema, a fim de as explorar em todos os seus sentidos, de fazer ressaltar as estruturas discursivas em que se assentam e as formas de ser que necessariamente implicam” (1963, p. 14).

Note-se que essa aparente adesão ao estruturalismo já se mostra heterodoxa por se propor, em primeiro lugar, situar as teses de Mill em seu “contexto”. Tal noção remete aos estudos ditos críticos ou genéticos, que, se não se opõem, não são recomendados pela análise estrutural. A leitura estrutural também desaconselha a pretendida exploração de todos os sentidos de uma doutrina, já que aquele que deve nos interessar é tão somente ou principalmente o “filosófico”. Um afastamento ainda mais flagrante se dá pela pretensão ali de traçar algumas comparações entre Mill e Husserl, pois o criador da fenomenologia teria sido “quem melhor compreendeu a natureza do psicologismo” e o embate com os problemas da lógica psicologista estaria subjacente a todas as teses das suas *Investigações Lógicas* (GIANNOTTI, 1963, p. 15). Ora, se há uma específica lógica interna ou intenção do pensador em cada filosofia, então uma comparação estrutural entre os sistemas apenas pode apontar a sua incompatibilidade ou incomensurabilidade; logo, qualquer tentativa de traçar uma evolução das ideias filosóficas, tal como Giannotti o pretende ao atribuir uma semelhança de família entre Mill e Husserl, estaria fora do escopo do método estrutural. Por fim, embora se mencione o objetivo de alcançar a intenção do autor, tal noção parece ser assumida em uma acepção não goldschmidtiana, pois não encontramos no texto de Giannotti uma conjunção entre o método ensinado e o praticado por Stuart Mill. Logo, ou não se entendeu apropriadamente os princípios e técnicas do método estrutural ou se estava consciente de um afastamento deste, apesar de não explicitá-lo. Seja uma ou outra destas opções a correta, segue-se de qualquer modo que Giannotti não adotou propriamente uma metodologia estrutural.

O estruturalismo mitigado de Giannotti se explica pelo fato de que “foi o Prof. Gilles-Granger quem marcou as balizas da minha vida profissional [...]; foi ele o diretor da minha tese [...] [e] tem sido do estudo de seu pensamento que o meu tem tentado se constituir” (GIANNOTTI, 1963, p. 6)”. Logo, seja quando aluno ou em seu período inicial

como professor, a principal influência de Giannotti foi a Lógica e a Filosofia da Ciência ao modo de Granger e não a escola estruturalista de História da Filosofia.

Por uma substituição do tempo cronológico pelo lógico, volto-me agora para o mais jovem protagonista dentre os fundadores do Departamento de Filosofia da USP. Bento Prado Jr. recorda que, quando aluno do Curso de Filosofia entre 1956-59, não havia missionários franceses lecionando regularmente por lá. Como Cruz Costa esteve algum tempo afastado das aulas por desentendimentos políticos com o governo estadual, e Giannotti logo seguiu para seus estudos complementares na França, os destaques naquele momento eram as aulas de Estética de Gilda de Mello e Souza e, sobretudo, de História da Filosofia com Lívio Teixeira. Talvez por isso na turma de Bento Prado Jr. houve uma ênfase “na explicação de textos e na dissertação” e Lívio Teixeira teve uma importância que não fora o caso em turmas anteriores (NOBRE; REGO, 2000, p. 202). Todavia, a “turma” daquele período era bastante reduzida – não mais que uma dúzia de estudantes, segundo o depoimento de Bento Prado Jr. (NOBRE; REGO, 2000, p. 206-207). Disso se depreende que a implementação da leitura estrutural alcançou a um grupo bastante reduzido até o fim dos anos 1950.

Em 1963, quando Bento Prado já se tornara professor assistente e retornava de seu período de estudos na França, ele relata a surpresa ao se deparar com classes que agora contavam em torno de cem alunos. Pois bem, o maior impacto pedagógico naquele momento não se deu pelo estruturalismo e sim com a chegada de um novo missionário francês: Gerard Lebrun. “Com Lebrun, foi a primeira vez que estive na presença de um professor estrangeiro [na FFCL USP] em situação permanente”, conta-nos Bento Prado Jr., e “embora não tivesse sido um aluno dele propriamente, [...] o fato é que todos nós, todos os colegas do departamento, assistíamos aos cursos do Lebrun”. Ora, “Lebrun não era um historiador da Filosofia à maneira de Gueroult, ou Goldschmidt”, pois, “ao contrário do modelo gueroultiano, a leitura [de Lebrun] dos textos filosóficos era sempre reportada ao mundo vivido contemporâneo”. Aliás, tratava-se de um “exercício de historiografia filosófica ou mesmo de filologia” que tornava “impossível uma leitura do tipo estrutural”. Assim, a “prática lebruniana da filosofia” passou a “servir de modelo alternativo para os seus próprios colegas e, principalmente, para as novas gerações de estudantes” (NOBRE; REGO, 2000, p. 200, 202-203, 207). Portanto, embora tenha estudado com Lívio Teixeira na FFCL USP e com Goldschmidt em Rennes, Bento Prado Jr. não conta entre os responsáveis pela institucionalização do modelo estrutural no Curso de Filosofia da USP.

Se com Giannotti e Bento Prado Jr. nos deparamos apenas com um estruturalismo residual, o cenário é bem diferente quanto a Oswaldo Porchat. Em 1956, durante seu último período na graduação em Letras Clássicas da FFCL USP, ele estudou Platão por um ano com Lívio Teixeira, que o incentivou a se dedicar à Filosofia Antiga (Porchat Pereira, 2000, p. 22). Convencido por Giannotti a continuar a sua formação em Rennes, parte em seguida para lá e obtém a licença em Filosofia sob a supervisão de Goldschmidt. Retorna ao Brasil em 1961 e se torna professor assistente da FFCL USP (NOBRE; REGO, 2000, p. 119-120). Nos anos seguintes, traduz *A Religião de Platão* (1961), de Goldschmidt, que conta em apêndice com o ensaio programático “*Tempo lógico e tempo histórico nos sistemas filosóficos*”, que Porchat considera, juntamente com “*O problema da legitimidade da História da Filosofia*” de Gueroult, “os dois momentos mais altos da metodologia científica em História da Filosofia” (1970, p. 6). Dedicou-se também a completar a pesquisa que iniciara a partir de uma indicação de Goldschmidt e que resulta em sua tese de doutoramento em Aristóteles, defendida em 1967 na FFCL USP. No prefácio da tardia edição da obra, em 2000, ele agradece ao mestre que o ensinou “a laboriosa arte da historiografia, a metodologia rigorosa na leitura dos filósofos e de suas obras”, de maneira que, segundo lhe parece, “se eu tiver conseguido algum resultado sério e mais significativo nesta minha pesquisa, eu o devo ao método goldschmidtiano” (2002, p. 21-22).

Quanto à implementação do método e da doutrina estruturalista, confirma Porchat, “fui eu quem os trouxe para o Departamento [de Filosofia / USP]” e “muitos professores deste departamento foram meus alunos e eles a aprenderam comigo” (2016, p. 13-14). Como é sabido que desde o início dos anos 1950, com a passagem de Gueroult e a docência de Lívio Teixeira, o método estrutural fora apresentado ao curso de Filosofia da USP, o que Porchat parece nos indicar é que foi apenas a partir de 1960, quando ele se torna docente do curso de Filosofia da USP, que a metodologia estrutural passa a ser regularmente difundida para um número mais representativo de alunos

e se torna um modelo de pesquisa e ensino. Além disso, não obstante todo o respaldo intelectual destinado a Gueroult, a leitura estrutural adotada na FFCL USP foi o modelo de Goldschmidt.

No entanto, décadas depois, o já aposentado professor Porchat reconhece que por muito tempo ensinou o método equivocadamente, pois este, por exemplo, “não exigia o comentário dos textos estudados linha a linha” como ele treinara os seus alunos por décadas (PORCHAT PEREIRA, 2016, p. 14). Além de não ser um item da técnica de leitura estruturalista, uma dificuldade nesse procedimento é que a ordem de exposição do texto não manifesta e, por vezes, até oculta, a sua ordem de razões (Gueroult) ou o movimento do pensamento do autor (Goldschmidt). A isto eu acrescento outra possível incompreensão ou lacuna, ainda mais decisiva. Em seu mencionado estudo sobre Aristóteles, Porchat elenca a possível objeção de que, para desvendar a “ordem interna” da concepção de ciência do estagirita, ele teria ficado restrito apenas aos *Segundos Analíticos*, “cujo objeto se sabe ser a definição e a análise do conhecimento científico”, desconsiderando os textos em que “o filósofo põe em prática essa doutrina nos seus tratados científicos”. A importância dada aos *Segundos Analíticos* se justificaria porque neles Aristóteles nos ensina os procedimentos de investigação e prova a serem empregados em suas pesquisas “científicas” (PORCHAT PEREIRA, 2000, p. 27, 31). Ora, Goldschmidt recomendava que a leitura estrutural deveria entrelaçar aquelas passagens em que o pensador nos explica os seus procedimentos de investigação e prova, o método ensinado, com a progressão efetiva da pesquisa, o método praticado ou em ato, sendo que este seria imprescindível para a compreensão daquele, pois poderíamos encontrar no efetivo movimento do pensamento elementos metodológicos não explicitamente abordados pelo pensador. Sendo assim, para Goldschmidt, uma leitura estrutural, além de não se pautar pelo comentário linha a linha do texto, não pode prescindir da comparação, com seus eventuais acréscimos e correções, daquilo que o pensador diz ter feito e do que ele efetivamente o fez. Portanto, Porchat parece correto em sua autocrítica de que praticou e ensinou equivocadamente certos procedimentos técnicos do método.

Outra confissão significativa é de que Porchat considera ter sido um “estruturalista de carteirinha” somente até mais ou menos 1968 (NOBRE; REGO, 2000, p. 122). Dali em diante, ao extrair as consequências mais radicais da concepção estruturalista quanto à natureza da Filosofia, tornou-se um cético pirrônico; por isso, em sua última conferência pública, ele pôde avaliar que “faz muito, muito tempo que eu abandonei o estruturalismo” (PORCHAT PEREIRA, 2016, p. 11, 14). No entanto, “num sentido muito peculiar, sou um estruturalista até hoje; penso que o método estruturalista é o melhor para uma *primeira leitura* de um pensador, para se descobrir a lógica interna das razões, a estrutura da obra” (NOBRE; REGO, 2000, p. 122), isto é, para a leitura dos textos filosóficos. Ora, se houve um afastamento de Porchat quanto aos aspectos doutrinários do estruturalismo em torno de 1968, então dali em diante não havia mais nenhuma doutrina estruturalista propriamente dita sendo lecionada no curso de Filosofia USP.

Portanto, conclui-se que uma difusão mais efetiva do estruturalismo em Filosofia na FFCL USP se deu somente nos anos 1960 em meio a certos equívocos quanto aos seus procedimentos técnicos e com o seu abandono parcial por parte de seu mais eloquente defensor. Além disso, se compararmos o depoimento de Porchat com o de Bento Prado Jr., vê-se que o professor mais influente no período foi Gerard Lebrun, cuja historiografia era incompatível com o estruturalismo. Portanto, o método estrutural não foi a orientação exclusiva e nem mesmo a predominante no ensino do Departamento de Filosofia da USP nos anos 1960.

A partir de 1975, quando Porchat se transfere da USP para a recém-criada Universidade de Campinas para fundar o Centro de Lógica e Epistemologia, sequer o seu estruturalismo pirrônico teria algum representante na agora reformulada Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Como relembra Bento Prado Jr., dada a quase exclusividade da relação do Departamento de Filosofia da USP com a França, com o CLE se deu uma inédita abertura na filosofia acadêmica paulista para professores de outros países e estados do Brasil. Por isso, “a Unicamp serviu como um centro de unificação, de multiplicação da relação com o exterior, mas sobretudo de multiplicação de contatos interestaduais, algo que até então não existia” entre os nossos cursos de Filosofia (NOBRE; REGO, 2000, p. 206-207). Na mesma direção, Porchat relembra “do significado que o CLE teve no conagraamento entre profissionais de Filosofia das diferentes universidades brasileiras”, pois antes “não havia colóquios de Filosofia”, de maneira que “os professores

do Rio não conheciam os de São Paulo, os de São Paulo não conheciam os do Rio Grande do Sul; os do Rio Grande do Sul não conheciam os de Minas Gerais; e assim por diante” (NOBRE; REGO, 2000, p. 125-126).

Mesmo que o método estrutural tivesse se tornado a principal orientação pedagógica no Departamento de Filosofia USP até o início dos anos 1970, o que o percurso até aqui mostra que não foi o caso, este não teria sido difundido antes da segunda metade daquela década para outros centros de ensino acadêmico de Filosofia no Brasil dada a limitada comunicação entre os docentes e pesquisadores. Como desde os anos 1930, em paralelo à fundação da FFCL USP, surgiram vários outros cursos universitários de Filosofia em diferentes regiões do país, com suas próprias peculiaridades formativas, quando se estabeleceu progressivamente o que hoje podemos designar de “comunidade filosófica nacional”, as condições não suscitavam – a sequer desejável – implementação de um modelo paradigmático entre nós para o estudo da Filosofia e de sua história.

Disso se compreende que, se é verdade que o ensino de História da Filosofia se tornou o eixo central nos Cursos de Filosofia em diversas regiões do país, isto não se deu por causa da escola estruturalista francesa. Algumas conjunturas que explicam nosso pendor historiográfico vêm sendo discutidas, como a herança do ecletismo espiritualista francês quando da implementação do ensino estatal de Filosofia no Brasil a partir dos anos 1830 (cf. MARQUES, caps. 1-2) ou mesmo uma reminiscência colonial da segunda escolástica portuguesa (cf. MARGUTTI, 2013, cap. 2, seção 5). Como não me proponho aqui a tratar das raízes de nosso entusiasmo com a historiografia filosófica, contento-me em sugerir que este fascínio não se origina ou se consolida com as missões francesas ou a escola estrutural. O que talvez tenha ocorrido a partir dessas foi aqui e acolá uma gradual e acidentada ênfase curricular na exegese de textos.

Considerações finais: Prefácio a uma história regional da Filosofia acadêmica brasileira

A narrativa de que a leitura estrutural nos chegou pelo Curso de Filosofia da USP e que dali disseminou para os currículos de todo o país um modelo de inspiração francesa cuja disciplina primeira é a História da Filosofia é incorreta em vários pontos. O que parece ter levado a se julgar que o método estrutural teria sido o que mais influenciou a formação filosófica no Departamento de Filosofia da USP é que se o confunde, como dizia Porchat naquela palestra do XII Encontro Nacional da ANPOF, com “exegese” de textos e cursos monográficos, procedimentos que são bastante recorrentes no ensino e na pesquisa acadêmica franco-uspiana. Contudo, tal pedagogia já se instituíra desde a primeira fase da missão francesa, e chegou a outros centros filosóficos do país por vias distintas. Em paralelo ao método estrutural – e, por vezes, com maior destaque do que este –, houve outras vertentes francesas no ensino de Filosofia da FFCL USP – idealismo neokantiano, ensaísmo ilustrado, a historiografia lebruniana, além daquelas que não me ative aqui – por exemplo, a abordagem metodológica de Claude Lefort na filosofia política. O estruturalismo efetivamente praticado ali foi por vezes mitigado ou, como confidenciou Porchat, simplesmente equivocado ou combinado com outras concepções acerca da Filosofia, tal como o neopirronismo.

Dado o insulamento dos cursos universitários de Filosofia no Brasil até meados dos anos 1970, foi apenas aí que as experiências franco-uspianas com a leitura estrutural se tornaram mais conhecidas fora de São Paulo – num momento em que os seus idealizadores já seguiam outros caminhos. Nesse período, havia cursos de Filosofia em diversas instituições públicas pelo país em atividade há décadas. Na Universidade Federal de Minas Gerais, cujo curso de Filosofia se iniciou em 1945, houve uma notória influência franco-belga desde os anos 1960, já que vários professores no período obtiveram seu doutorado na Universidade Católica de Louvain; nos anos 1980, consolida-se uma outra geração com diferentes linhas formativas (cf. DOMINGUES, 2021) autônomas ao estruturalismo no sentido franco-uspiano. Já na Universidade Federal do Ceará, houve a instalação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1961; a partir de 1974 se instaurou um Departamento de Ciências Sociais e Filosofia (cf. DEPTO. DE CIÊNCIAS SOCIAIS UFC, “histórico”); anos depois se instituem o Programa de Pós-Graduação em Filosofia (1999), a graduação em Filosofia (2000) e o Departamento de Filosofia (2001) (cf. PPG FILOSOFIA UFC, “histórico”); a primeira geração

responsável pela autonomia institucional e educacional da Filosofia na UFC na virada do século XXI teve uma formação sobretudo orientada pela filosofia germânica, com vários dos docentes obtendo na Alemanha os seus doutoramentos ou se dedicando a pensadores germânicos. Destes dois breves exemplos institucionais, nos quais a influência da escola estruturalista francesa é ausente ou quando muito circunstancial, depreende-se que uma genealogia do desenvolvimento de nossos centros filosóficos requer uma história regional da Filosofia brasileira ainda por vir e que pode alterar substancialmente nossa autoimagem.

Por um lado, disso se segue que o ensino de Filosofia estabelecido quando da antiga FFCL USP não teve aquela influência nos percursos acadêmicos doutras faculdades e cursos de Filosofia do Brasil que os mitos de fundação podem levar a acreditar. No entanto, o âmbito não estruturalista franco-uspiano nos mostra uma riqueza de orientações de ensino e de pesquisa na evolução do Curso de Filosofia da USP que lhe assegura uma importância renovada no ensino universitário de Filosofia no Brasil.

Referências

ARANTES, P. Um Departamento Francês de Ultramar: Estudos sobre a Formação Filosófica Uspiana (Uma Experiência dos anos 1960). Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1994.

BASSANI, A. D.; SILVA, E. W. da; RIBEIRO, G. S.; MILHOMEM, I. R.; NASCIMENTO, L. de C.; ZUFFO, L. L.; SPÓSITO, L. S.; FACIULLI, M.; ESTIMADO, R. B.; GARCIA, T. K. N.; FORTUNATO, T. Entrevista: Paulo Arantes. *Humanidades em diálogo*, [S. l.], v. 8, p. 15-35, 2017. DOI: 10.11606/issn.1982-7547.hd.2017.140535.

CÂNDIDO, A. A importância de não ser filósofo. *Discurso*, [S. l.], n. 37, p. 7-16, 2007. DOI: 10.11606/issn.2318-8863.discurso.2007.62909.

DOMINGUES, I. Labirintos da memória: a minha geração e o departamento de filosofia. *Revista Kriterion*, [S. l.], Edição Especial, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/kriterion/article/view/29110>. Acesso em: 1 mar. 2023.

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Chefia do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>.

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS / UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1935). São Paulo: 1937.

GIANNOTTI, J. *John Stuart Mill: O Psicologismo e a Fundamentação da Lógica*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras / USP, 1963.

GOLDSCHMIDT, V. *A Religião de Platão*. 2ª. Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

GOLDSCHMIDT, V. Notas sobre o Método Estrutural em Filosofia. *Manuscrito – Revista de Filosofia*, v. V, n. 2, p. 117-143, abr. 1982.

GOLDSCHMIDT, V. *Os Diálogos de Platão: Estrutura e Método Dialético*. 2ª. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GOUHIER, H. Martial Gueroult. *Revue Internationale de Philosophie*, v. 30, n. 117/118 (3/4), p. 223–26, 1976. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23943130>.

GUEROULT, M. Lógica, arquetônica e estruturas constitutivas dos sistemas filosóficos. *TRANS/Form/AÇÃO: Revista de Filosofia*, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 235–246, 2007. DOI: 10.1590/S0101-31732007000100016. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/944>.

GUEROULT, M. O problema da legitimidade da História da Filosofia. *Revista de História*, [S. l.], v. 37, n. 75, p. 189-211, 1968. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1968.128471. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128471>. Acesso em: 23 fev. 2023.

HISTÓRICO. *UFC – Departamento de ciências sociais*, 25 de nov. de 2009. Disponível em: <https://cienciassociais.ufc.br/pt/historico/>.

HISTÓRICO. *UFC – Programa de pós-graduação em filosofia*, 2013. Disponível em: <http://www.filosofia.ufc.br/index.php/pos-graduacao/historico-2>.

MAIA, A. B. F. As Missões francesas na Criação da Universidade de São Paulo: uma Análise dos Relatos e seus Significados nos Anuários da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1939-1949). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI, 2011, São Paulo.. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, jul. 2011.

MARGUTTI, P. *História da Filosofia no Brasil: O Período Colonial (1500 – 1822)*. São Paulo: Loyola, 2013.

MARQUES, U. *A Escola Francesa de Historiografia da Filosofia: Notas Históricas e Elementos de Formação*. São Paulo: Unesp, 2007.

NOBRE, M.; REGO, J. *Conversas com Filósofos Brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2000.

PEIXOTO, F. *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

PETITJEAN, P. As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo (1934-1940). In: HAMBURGUER, A. (Org.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1996.

PORCHAT PEREIRA, O. Discurso aos estudantes de Filosofia da USP sobre a pesquisa em Filosofia. *Dissenso: revista de estudantes de filosofia*, São Paulo, n. 2, p. 131-139, 1999.

PORCHAT PEREIRA, O. *Ciência & Dialética em Aristóteles*. São Paulo: Unesp, 2000.

PORCHAT PEREIRA, O. Meu Ceticismo. *Discurso*, v. 46, n. 2, p. 7-36, 2016. <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.2016.123671>.

PORCHAT PEREIRA, O. Prefácio introdutório. In: GOLDSCHMIDT, V. *A Religião de Platão*. 2ª. Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

PRADO JUNIOR, B. Em memória de Lívio Teixeira. *Discurso*, [S. l.], v. 5, n. 6, p. 5-8, 1975. DOI: 10.11606/issn.2318-8863.discurso.1975.37782.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Decreto-lei nº 1.190, de 04 de Abril de 1939. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del1190.htm.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4244.htm.

RIBEIRO, J. Filósofos Franceses no Brasil. In: MARTINS, C. (Org.). *Diálogos entre o Brasil e a França: formação e cooperação acadêmica*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2005. p. 459-464.

RODRIGUES, L. Um Departamento Municipal no Ultramar Francês: O Cosmopolitismo de José Arthur Giannotti. *Campos - Revista de Antropologia*, [S. l.], v. 18, n. 1-2, p. 61-87, dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/56587>.

SAMPAIO, E. *Por que Somos Decadentes? Afirmção e Negação da Vida Segundo Nietzsche*. Brasília: Editora UnB, 2013.

TEIXEIRA, A. *Ensino Superior no Brasil: Análise e Interpretação de sua Evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TRANS/FORM/AÇÃO, R. Entrevista: João Cruz Costa. *TRANS/FORM/AÇÃO: Revista De Filosofia*, v. 34, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31732011000300005>.

TUFFANI, E. Nota pelos cem anos do ensino superior de Filosofia no Brasil (1908-2008). *Discurso*, v. 39, n. 39, p. 321-340, 2009. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.2009.68294>.

RECEBIDO: 01/03/2023
APROVADO: 21/07/2023

RECEIVED: 03/01/2023
APPROVED: 07/21/2023